



Informação nº: 007/2018 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2018.

Processo nº: 6832/2012 (dois volumes).

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Esportes – Sesp

Assunto: Tomada de Contas Especial

Valor envolvido: R\$ 325.823,50 (valor constante da Decisão nº 5346/2016, referente a 2010)

Ementa: Decisão nº 855/2012 (Processo nº 25038/2008). Irregularidades. Prejuízo. Conversão em TCE. Citações. Decisão nº 5346/2016. Revelia, improcedência das defesas apresentadas, ciência e prazo para recolhimento do débito. Interposição de recursos de reconsideração. Decisões nºs 2454/2017, 1647/2017 e 831/2017. Conhecimento com efeito suspensivo. Improcedência, no mérito, das razões recursais apresentadas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial (conversão determinada na Decisão nº 855/2012¹ – Processo nº 25038/2008²) que apura irregularidades e prejuízo verificado na execução do contrato de fabricação e instalação da cobertura metálica do Ginásio de Esportes Nilson Nelson (Contrato nº 09/2010 firmado entre a Secretaria de Estado de Esportes e a empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda., por dispensa de licitação).

¹ “III - com fulcro no art. 17, § 2º, e no art. 46 da LC nº 1/94, determinar a conversão do prejuízo apontado nos autos em tomada de contas especial, autorizando, desde já, a citação do representante legal da empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. e dos responsáveis indicados no § 26 da Informação nº 57/2011 (fls. 492/501), para apresentarem defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ou ressarcirem o erário, de maneira solidária, na quantia de R\$ 354.634,75 (trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), em razão do verificado no Contrato nº 09/2010-SESP/DF, decorrente da execução do serviço “05.02.000.00 - Estrutura de Cobertura Metálica”.

² Tratou de Representação nº 22/2008 – CF, requerendo a análise da celebração de dois contratos sem licitação, tendo por objeto a elaboração de projetos para a reforma do ginásio Nilson Nelson.



2. Após análise de defesas apresentadas, o e. Plenário, mediante a Decisão nº 5346/2016 (fl. 289), decidiu:

“I – tomar conhecimento das defesas apresentadas pelo Sr. Benhur Antônio Stona Ruas (fls. 28/39) e pela empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. (fls. 42/51 e anexos de fls. 52/188) para, no mérito, considerá-las improcedentes; II – considerar, nos termos do art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 1/94, o Sr. Aguinaldo Silva de Oliveira revel por não ter atendido ao chamado da Corte (Decisão nº 855/12); III – cientificar os responsáveis nominados nos incisos anteriores para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, aos cofres do Distrito Federal a importância de R\$ 325.823,50 (valor original), que deverá ser atualizada na forma prevista na Lei Complementar nº 435/01 e Emenda Regimental nº 13/03; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências devidas.”

3. Irresignados, os Srs. Benhur Ruas e Aguinaldo Oliveira e a empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. interpuseram recursos de reconsideração (fls. 246 a 281, 345 a 353 e 295 a 321, respectivamente) contra os termos da Decisão nº 5346/2016, vindo a ser conhecidos, com efeito suspensivo, nas Decisões nºs 2454/2017, 1647/2017 e 831/2017 (fls. 360, 338 e 334).

4. Desta feita, analisa-se o mérito desses recursos de reconsideração.

5. Estes os termos do voto condutor (fls. 236 a 238) da decisão recorrida, e que a fundamentam:

“11. *Em decorrência da Representação nº 22/08-CF, a Corte examinou a formalização e a execução do **Contrato nº 09/2010-SESP/DF**, que teve como objeto a obra de cobertura em estrutura metálica do Anexo do Ginásio Nilson Nelson (Processo nº 25.038/08).*

12. *O contrato foi firmado, em **12.4.2010**, entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a empresa EBO Engenharia e*



*Incorporação Ltda., no valor de **R\$ 1.992.118,83**, cujo montante foi posteriormente aditado no limite de 25% (R\$ 497.960,15) ¹.*

13. *As apurações efetuadas evidenciaram que a empresa contratada (EBO Engenharia e Incorporação Ltda.) subcontratou indevidamente² a empresa Gradebrás Indústria e Comércio e Serviços Ltda. para a **execução da cobertura metálica**, pelo valor de **R\$ 640.000,00**, conforme **cópia do Contrato de Prestação de Serviço nº 120-001/2010**, localizado pela equipe de auditoria durante os trabalhos de fiscalização.*

14. *Ocorre que a empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. recebeu da jurisdicionada o montante de **R\$ 1.053.770,75** por esse serviço, o que corresponde – em tese – a um sobrepreço de R\$ 413.770,75.*

15. *Em razão das evidências de prejuízo ao erário, o Tribunal autorizou a conversão da matéria em tomada de contas especial e a citação dos responsáveis (Decisão nº 855/12-CMA).*

16. *Nesta fase processual, examinam-se as defesas apresentadas em atenção ao referido **decisum**.*

17. *A empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. sustentou que a cópia do Contrato de Prestação de Serviço nº 120-001/2010 (localizada pela equipe de auditoria e utilizada para evidenciar o suposto prejuízo) “não possui qualquer outro elemento que corrobore ou valide as informações nele obtidas”. Alegou **existir outro contrato de prestação de serviços firmado com a Gradebrás Indústria e Comércio e Serviços Ltda.** no qual a relação negocial estabelecida teve por objeto tão somente o fornecimento de peças e não a execução da cobertura metálica.*

18. *Ao fazer referência ao “real” contrato firmado com a Gradebrás Indústria e Comércio e Serviços Ltda., para o fornecimento*

¹ Dados constantes da Informação nº 57/11 (acostada no Processo nº 25.038/08, cópia de fls. 3/12) e da Nota Técnica nº 30/13-NFO (fl. 196/203).

² O Edital de Concorrência nº 1/2009 vedava a subcontratação.



das peças utilizadas na estrutura da cobertura do ginásio, no valor de R\$ 477.500,00, a empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. fez juntar uma série de documentos que foram objeto de análise no Processo nº 25.038/08 (que cuidou da Representação).

19. O executor do contrato (Sr. Benhur Antônio Stona Ruas) argumentou que a obra em questão era uma estrutura espacial complexa e que os comparativos de custos efetuados pelo Corpo Técnico do Tribunal não eram adequados, porque utilizaram valores de obras sem similaridade. Afirmou que, embora sendo parte da área técnica, não teve participação na aprovação dos custos do contrato.

20. O Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO apurou que o valor pago pela jurisdicionada (R\$ 1.053.770,75) compunha-se de R\$ 829.936,80, referente ao custo direto do serviço, e R\$ 223.833,95, correspondente ao BDI de 26,97%.

21. Registrou ainda, com base em estudos³ já realizados neste Tribunal, que o BDI aceitável no presente caso seria de 9,24%, por se tratar – em grande parte – de uma intermediação. Nesse sentido, aplicando tal percentual ao valor pago na subcontratação (R\$ 640.000,00 + BDI de 9,24%), chegou-se a quantia de R\$ 699.136,00, o que corresponde a um sobrepreço estimado de R\$ 354.634,75.

22. O Núcleo Especializado analisou também cópia do contrato que a EBO Engenharia e Incorporação Ltda. assegura ter celebrado com a empresa subcontratada, além de um conjunto de notas fiscais emitidas naquela relação comercial, e apontou um **sobrepreço**, desta vez, de R\$ 325.823,50⁴.

23. A Secretaria de Contas endossa as conclusões do NFO de que houve subcontratação indevida com prejuízos aos cofres distritais

³ **Nota Técnica nº 03/10 – NFO** (Processo nº 21.886/09): [...] 52. Posteriormente, contudo, a Companhia encaminhou nova planilha estimativa da obra, na qual considerou a **taxa de 9,24%** para equipamentos, tendo por base o recomendado no Acórdão TCU nº 1020/2007.

[...]

54. Assim sendo, **consideramos adequado o percentual de BDI diferenciado** proposto pela Novacap, o qual incidirá sobre os equipamentos incorporados à obra.

⁴ **Sobrepreço** = R\$ [1.053.770,75 (valor pago) – [477.500,00 (valor do contrato) + BDI de 9,24% + 162.500,00 (valor da montagem) + BDI de 26,97%] = **R\$ 325.823,50**.



em razão do sobrepreço verificado e entende que o prejuízo a ser imputado aos responsáveis deva ser de R\$ 325.823,50.

24. O Ministério Público acompanha as ponderações da Unidade Técnica quanto à irregularidade da subcontratação e ao sobrepreço verificado. Contudo, considera como sobrepreço, para efeito de responsabilização dos responsáveis, o valor de R\$ 354.634,75.

25. Da análise dos autos, verifica-se que existem evidências suficientes para justificar a audiência dos responsáveis pela subcontratação irregular da execução do item "05.02.000.00 – Estrutura de Cobertura Metálica".

26. O item 13.4 do Edital da Concorrência nº 1/2009 (fl. 31 do Anexo V do Processo nº 25.038/08) **vedava expressamente a subcontratação parcial ou total do objeto da licitação**, o que, por si só, justificava a rescisão contratual⁵.

27. Além disso, as informações prestadas pelos **responsáveis**, tanto no processo que cuidou da Representação quanto neste, **não esclareceram as razões da subcontratação e tampouco justificaram o sobrepreço estimado em 30% do valor pago.**

28. Quanto ao débito apurado, não se vislumbra elementos que permitam desconsiderar, como prova, as notas fiscais apresentadas pela empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. às fls. 53/188. Nesse sentido, entendo como correta a estimativa de sobrepreço adotada pela Instrução no valor de R\$ 325.823,50.

Com estes esclarecimentos, em harmonia com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal: (...)"

6. Preliminarmente, ressalta-se que o e. Plenário, ao adotar, na Decisão nº 5346/2016, como prejuízo o valor de R\$325.823,50, implicou em

⁵ Lei nº 8.666/93 [...] art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

[....]

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;



considerar aceito o contrato apresentado posteriormente (na fase de defesa) entre a EBO e a GradeBrás no valor de R\$ 477.500,00 e, por conseguinte, a hipótese apresentada na Nota Técnica nº 30/2013-NFO (peça 13, fls. 196 a 203), a seguir transcrita, de modo que restou afastada da discussão a existência do contrato inicialmente localizado pela equipe de auditoria (Contrato de Prestação de Serviço nº 120-001/2010, celebrado entre a empresa EBO e a firma Gradebrás Indústria, Comércio e Serviços Ltda., referente à subcontratação para execução completa da estrutura metálica):

“20. O entendimento deste Núcleo se coaduna com aquele apresentado na Informação n.º 57/2011, no entanto, acredita-se ser importante fixar um valor. **Assumida a hipótese de que a EBO apenas contratou o fornecimento das peças metálicas, sobre o valor indicado por esta empresa (R\$ 477.500,00) deve incidir BDI diferenciado de 9,24%. O BDI contratado de 26,97% somente incidiria sobre o custo do serviço de montagem, cujo valor seria R\$ 162.500,00. Como resultado tem-se um sobrepreço de R\$ 325.823,50³.** Observa-se que este valor encontra-se dentro do intervalo indicado no parágrafo anterior.

21. A questão, portanto, não deve suscitar dúvidas. Admitida a hipótese de que houve subcontratação para execução completa da estrutura metálica, por força das evidências⁴, o sobrepreço contratual decorrente é de R\$ 354.634,75. **Na possibilidade de se acatar os elementos encaminhados pela EBO Engenharia, admitindo que seu contrato com a Gradebrás tivesse como objeto apenas o fornecimento de peças metálicas, o sobrepreço calculado é de R\$ 325.823,50.** Assim, resta definir qual desses dois contratos seria juridicamente válido.” (grifou-se)

7. De pronto destaca-se que essa aceitação do contrato entre a EBO e a GradeBrás, de fornecimento de materiais e peças prontas, não incluindo

³ Sobrepreço = R\$ [1.053.770,75 – (477.500,00x1,0924 + 162.500,00x1,2697)] = R\$ 325.823,50.

⁴ Sobretudo do Contrato de Prestação de Serviço nº 120-001/2010, celebrado entre a empresa EBO e a firma Gradebrás Indústria, Comércio e Serviços Ltda.



montagem, não afasta a irregularidade constatada concernente à subcontratação parcial do objeto do Contrato nº 09/10 firmado entre a EBO e a Sesp, remanescendo hígida a afirmação constante do voto condutor da decisão recorrida, retrotranscrita, no sentido de que “O **item 13.4 do Edital da Concorrência nº 1/2009** (fl. 31 do Anexo V do Processo nº 25.038/08) **vedava expressamente a subcontratação parcial ou total do objeto da licitação**, o que, por si só, justificava a rescisão contratual” (fl. 237-v), pois o objeto da contratação abrangia a fabricação, montagem, tratamento e pintura da estrutura, calhas e rufos, bem como a mão-de-obra para a instalação das telhas metálicas.

DOS RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO

8. A seguir a síntese dos teores dos recursos de reconsideração apresentados.

RAZÕES RECURSAIS DO Sr. BENHUR RUAS (fls. 246 a 281)

9. O Sr. Benhur, em preliminar de nulidade, sustentou que em nenhum momento (Processos nºs 25038/08 e 6832/12) restaria claro qual conduta individualizada do recorrente teria afrontado qual norma legal ou regulamentar e qual sua ligação com o suposto débito apurado, e que a citação genérica lhe trouxe prejuízos à defesa. Assim, ter-se-ia deixado de observar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, acarretando a nulidade da decisão recorrida (fls. 251/252).

10. Na sequência, alegou que:

a) o preço da telha metálica não estaria em discussão (fl. 247);

b) a estrutura metálica, por sua vez, por ser espacial, invalidaria a comparação de preços realizada com pesquisa feita nos sistemas referenciais Sinapi e Volare, estando inclusive assim consignado no Relatório de Inspeção nº 2.0107.11 (fl. 247);



c) não obstante, a comparação feita com os preços obtidos na Concorrência 46/2006-ASCAL/PRES e, em especial, nos Processos nºs 36176/09 e 37553/09, indicaria que o preço do Contrato 9/2010 (R\$219,56/m²), ora em exame, mostrar-se-ia compatível com os desses dois processos (R\$201,41/m² e R\$240,00/m²), de modo que não haveria que se falar em sobrepreço (fl. 247);

d) a planilha orçamentária teve como base pesquisa de preços que teria sido realizada entre 15 e 28/09/2009, pelo então presidente da CPL, Sr. Joaquim Nakahara (fl. 252);

e) argumentou que após assinatura ao projeto básico, e não na planilha orçamentária, mas ainda assim isso só ocorreu quando esse já havia sido apreciado por todos os setores competentes, coincidindo com sua posse no cargo de Diretor de Suporte Operacional da Subsecretaria de Eventos e Administração dos Espaços Esportivos da Sesp, tendo literalmente “pegado o bonde andando” (fl. 253);

f) o projeto básico e o caderno de especificações da Concorrência 1/09 foram elaborados pela empresa Castro Mello Arquitetura Ltda. (fl. 253);

g) “a primeira versão do projeto básico já havia sido aprovada pelo Subsecretário de Eventos e Administração dos Espaços Esportivos, chefe direto do recorrente, e pelo Secretário de Esporte, autoridade máxima da pasta. Registre-se que entre a primeira e a segunda versões do edital somente foram implementados os apontamentos formais da Procuradoria-Geral. Com isso, resta claro que o recorrente após sua assinatura à segunda versão do projeto básico, na qualidade de Engenheiro Civil, tão somente para atender a sugestão da Procuradoria Geral. Trata-se de mera formalidade que não pode atrair qualquer responsabilização para o mesmo, uma vez que, à toda prova, o recorrente não possuía nenhuma ingerência sobre o projeto elaborado pelo escritório especializado e já aprovado pelos seus superiores hierárquicos ANTES de sua posse” (fl. 253);

h) sustentou que não teria responsabilidade sobre a planilha de preços - “não é cabível essa presunção de culpa em prejuízo do recorrente, pois, no caso do processo 710/2009, a elaboração do orçamento do custo da obra e a verificação dos preços correntes no mercado foram inequivocamente realizadas pela CPL. Como já dito, a



planilha de formação de preços teve como base pesquisa de preços realizada pelo Sr. Joaquim Katsuyuki Nakahara, então Presidente da CPL, no período de 15 a 28/9/2009 (fis. 26-41 do processo 710/2009), ou seja, ANTES da posse do recorrente na Secretaria. (DOC's 2 e 3)" (fl. 254);

i) nesse sentido, sobre a sua indicação de responsabilidade pessoal, arrematou: "(i) o projeto básico foi elaborado pelo escritório especializado detentor dos direitos autorais do Ginásio e a primeira versão já havia sido aprovada pelos superiores hierárquicos do recorrente antes de sua posse na Secretaria de Esporte; e (ii) a planilha de formação de preços deriva do orçamento do custo da obra e da verificação dos preços correntes no mercado sob a responsabilidade da CPL, não tendo sido elaborada nem sequer assinada pelo recorrente" (fl. 254);

j) acerca da adequação do preço estimado e executado, alegou ainda que:

j.1) poder-se-ia dizer que o preço da estrutura metálica encontrar-se-ia validado pelo próprio certame e pelas propostas apresentadas pelas outras cinco empresas que, além da empresa EBO, dele teriam participado: Silco Engenharia Ltda., PH Engenharia Indústria e Comércio Ltda., Kremer Engenharia Ltda., Compacta Construções e Projetos Ltda. e Civil Engenharia Ltda. (fl. 254);

j.2) "o valor de R\$ 219,56/m² como preço de mercado/referência para a estrutura metálica está absolutamente compatível com o preço de R\$ 276,52/m² praticado na Concorrência 46/2009-ASCAL/PRES, para as obras de cobertura da Feira Permanente de Santa Maria licitação contemporânea à ora auditada e com os preços de R\$ 201,41/m² e R\$ 240,00/m² auditados pelo próprio TCDF por meio dos Processos 36.476 e 37.553/2009, relativos às estruturas metálicas de terminais rodoviários" (fl. 255);

j.3) dois equívocos estariam sendo cometidos no afã de condenar os responsáveis: "(i) entender os custos efetivamente incorridos pela contratada como preço de mercado/referência; e (ii) aplicar uma limitação de preços unitários para avaliação de eventual sobrepreço no caso de contrato assinado para empreitada global" (fl. 255);

j.4) "(...) seja no montante de R\$ 640.000,00 ou de R\$ 477.500,00, o valor do Contrato 120-001/2010 não é preço de mercado/referência. Não é." (fl. 258);



j.5) “Imagine-se a seguinte situação hipotética: e se a fiscalização tivesse achado um contrato no qual o fornecimento das peças tivesse ocorrido a valor irrisório, vamos supor R\$ 53.000,00? Então o preço de mercado/referência para 3.780 m2 de estrutura espacial de cobertura metálica seria R\$ 53.000,00? Estaria a empresa impedida de beneficiar-se de ganhos operacionais afetos à dinâmica mercadológica, devendo devolver R\$ 1.000.000,00 para a Administração? Obvio que não.” “São irrelevantes os motivos que levaram a empresa Gradebrás a fornecer as peças para a empresa EBO em valor possivelmente abaixo do praticado pelo mercado e tido como referencial à época. Não cabe à Administração apropriar-se dos ganhos econômicos provenientes da eficiência empresarial da contratada nem pretender estabilizar variável que não está sob seu controle, no caso, os preços dos insumos que as empresas devem buscar no mercado” (fl. 258/259);

j.6) “(...) nada mais justo que eventual sobrepreço unitário de um item seja compensado pelo subpreço de outros itens, mantendo a vantagem global da proposta contratada. E por isso que, no caso de contratos assinados, por permitir a compensação entre preços super e subavaliados, o método da limitação pelo preço global para apuração de sobrepreço deve ter aplicação preferencial”. “No presente caso, a Concorrência 1/2009 era do tipo menor preço global e o Contrato 9/2010 foi assinado em regime de execução por empreitada por preço global estimado. Assim, apontar um sobrepreço com base exclusivamente em um único item, sem realizar uma avaliação global dos preços executados no decorrer ou ao fim do Contrato 9/2010 e sem analisar eventual compensação entre os itens, mostra-se contrário ao que tem sido afirmado pela doutrina e pela jurisprudência aplicável aos processos de controle externo a cargo das egrégias Cortes de Contas” (fl. 259).

**RAZÕES RECURSAIS DA EMPRESA EBO ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO
LTDA. (fls. 295 a 321)**

11. A EBO alegou o seguinte:

a) “Diante do Relatório da área técnica o Ilustre Relator Conselheiro Paiva Martins, em seu voto, deixa consignado que o contrato firmado entre a EBO e a Gradebrás, apresentado pelo EBO seria válido”, estando “correta a estimativa de sobrepreço adotada pela Instrução no valor de R\$ 325.823,50”, de modo que “resta também superada a questão levantada por esse órgão, quanto a existência de subcontratação, pois conforme entendeu



o Relator, e pela unanimidade dos Conselheiros, o contrato válido refere-se apenas a compra de materiais não abrangendo montagem e instalação da cobertura metálica” (fl. 299);

b) não haveria que se falar em sobrepreço, em face da comparação feita com os preços da Concorrência 46/2009-ASCAL/PRES, para as obras de cobertura da Feira Permanente de Santa Maria licitação, e dos Processos 36.476 e 37.553/2009, relativos às estruturas metálicas de terminais rodoviários (já especificados nas razões recursais do Sr. Benhur) (fls. 299/300);

c) “A Administração Pública não pode adentrar diretamente nas relações negociais privadas, o fato da EBO ter conseguido comprar o material da cobertura espacial do Anexo do Ginásio Nilson Nelson a preço mais vantajoso no mercado, não pode servir de base para condenar a mesma a devolver valores ao erário, sob o argumento de ter havido sobrepreço” (grifou-se) (fl. 299);

d) “Frise-se que, a Administração Pública não pode interferir nas relações negociais privadas, devendo apenas verificar se o preço orçado está ou não dentro dos parâmetros do mercado. Se assim não fosse e se adotarmos o entendimento equivocado dos autos, poderíamos afirmar que, caso o Contratado compre mercadorias acima do valor orçado na licitação, o mesmo poderia cobrar do Contratante (Administração Pública) a diferença do valor pago a mais. Outrossim, da mesma forma que não se pode cobrar da Administração Pública a diferença de uma compra mau (*sic*) feita pelo Contratado (valores acima do orçado), não pode ser imputado ao Contratado devolver valores para a Administração Pública por ter efetuado uma boa compra (valores abaixo do orçado)” (fl. 301);

e) “em todas as obras de preço global, os preços unitários orçados de cada item são efetivamente comprados com valores superiores ou inferiores aos orçados” (fl. 303);

f) “numa obra de preço global, quando a empresa consegue fazer a compra de algum item abaixo do valor orçado de mercado, isso decorre de vantagem competitiva da empresa” (fl. 303);

g) “numa obra de preço global, quando a empresa compra acima do valor orçado de mercado, o prejuízo é assumido pela empresa, nunca é repassado ao órgão público contratante” (fl. 303);



h) “a Decisão nº 855/2012-CMA do Plenário, Processo nº 25.038/2008, determinou a liberação do valor que se encontrava suspenso de pagamento, fl. 02 deste processo” (fl. 302);

i) “na CEI da obra (local que apresenta o recolhimento que todas as empresas que prestaram serviço naquela obra) só há recolhimentos da EBO Engenharia e que este recolhimento é suficiente para atender toda obra, o que demonstra que só ela executou a obra (fis. 176/188 deste processo)” (fl. 302);

RAZÕES RECURSAIS DO Sr. AGUINALDO OLIVEIRA (fls. 345 a 353)

12. As razões recursais apresentadas pelo Sr. Aguinaldo são idênticas às apresentadas pela EBO, estando, pois, já retratadas.

ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS

13. Inicialmente, considera-se improcedente a preliminar de nulidade, do Sr. Benhur, pois já se defendera em fase anterior acerca das irregularidades evidenciadas nos autos, igualmente a ele atribuídas, e que, desta feita, vêm a ser objeto das suas contestações de mérito nesta fase recursal. Nesse sentido, encontram-se as razões da responsabilização a ele atribuída delineadas na Decisão nº 1824/2011 e na Decisão nº 855/2012, prolatadas no Processo nº 25038/08, e respectivas fundamentações que as consubstanciam.

Decisão nº 1824/2011

“I. tomar conhecimento: a) das razões de justificativa apresentadas em decorrência do disposto no item II da Decisão nº 6603/2010, sobrestando a análise de mérito em razão do novo prazo ofertado aos responsáveis (item III); b) dos demais documentos acostados aos autos; II. considerar atendidas as alíneas “b” e “c” do item III da Decisão nº 6603/2010; III. cientificar os Senhores nominados no § 5º do Relatório de Inspeção nº 2.0107.11, **em razão de serem os responsáveis pela subscrição e aprovação do Projeto Básico da Concorrência nº 01/2009, bem como a empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda., responsável pela execução da obra decorrente do certame**, para, querendo, no prazo de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta decisão, apresentarem os argumentos que entenderem pertinentes quanto aos novos fatos apresentados acerca do sobrepreço verificado na realização do serviço "05.02.000.00 - Estrutura de Cobertura Metálica", conforme discorrido nos §§ 18/32 do citado Relatório; IV. determinar à Secretaria de Esporte que, até o deslinde das apurações acerca do sobrepreço verificado no Contrato nº 09/2010-SESP/DF, mantenha suspenso de pagamento à empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. o montante de R\$ 354.634,75, ficando os demais créditos, caso existentes, liberados para pagamento; V. recomendar à Secretaria de Esporte que adote providências urgentes no sentido de prover a área ampliada do Ginásio Nilson Nelson de estrutura necessária e suficiente para evitar que aquele empreendimento fique exposto às intempéries; VI. encaminhar cópia da instrução aos responsáveis indicados no § 5º do Relatório de Inspeção nº 2.0107.11 e à empresa EBO, para subsidiar suas justificativas; VII. autorizar o retorno do processo à Inspetoria de origem, para as providências necessárias."

Decisão nº 855/2012

"I - tomar conhecimento dos esclarecimentos apresentados em decorrência do disposto no item III da Decisão nº 1.824/2011 (fls. 441/488) e dos demais documentos acostados aos autos; II - informar à Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal que cessaram os efeitos do item IV da Decisão nº 1824/2010 quanto à suspensão do pagamento; III - **com fulcro no art. 17, § 2º, e no art. 46 da LC nº 1/94, determinar a conversão do prejuízo apontado nos autos em tomada de contas especial, autorizando, desde já, a citação do representante legal da empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. e dos responsáveis indicados no § 26 da Informação nº 57/2011 (fls. 492/501), para apresentarem defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, ou ressarcirem o erário, de maneira solidária, na quantia de R\$ 354.634,75 (trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), em razão do verificado no Contrato nº 09/2010-SESP/DF, decorrente da**



execução do serviço "05.02.000.00 - Estrutura de Cobertura Metálica"; IV - autorizar: a) a realização de procedimento de fiscalização destinado a verificar o cumprimento do item III da Decisão nº 6.603/2010 e item V da Decisão nº 1.824/2011; b) o envio de cópia da instrução, do parecer do órgão ministerial, do relatório/voto do Relator e desta decisão aos responsáveis indicados no item III, bem como à Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento.”

Informação nº 57/2011

“26. Os agentes públicos chamados, solidariamente com a empresa, nos termos do § 2º do art. 17 da LC nº 01/94, para responderam sobre o sobrepreço, são: o Sr. Benhur Antonio Stona Ruas (responsável pela elaboração do Projeto Básico e executor do contrato) e o Sr. Aguinaldo Silva de Oliveira (então Secretário de Estado e responsável pela aprovação do Projeto Básico).”

“29. No entanto, tomando por referência as considerações que se seguem, entendemos que o justificante deva continuar no pólo passivo destes autos:

- o serviço "05.02.000.00 - Estrutura de Cobertura Metálica" era responsável por cerca de 53% do custo inicial da obra;
- não constava do Projeto Básico elementos suficientes para respaldar o preço estabelecido para esse serviço, a exemplo de pesquisas de preços ou sistemas referenciais;
- os pontos abordados no parágrafo 70 do Relatório de Inspeção nº 2.0110.10 (fl. 240), a seguir transcritos:

► os Projetos disponibilizados às licitantes (fls. 64/66 do Anexo V e CD anexo) não possuem os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra, conforme dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93;



► apenas 3 empresas se candidataram à Concorrência em questão, sendo informado na Ata de reunião da CPL que apenas a vencedora se fez presente e que as demais foram desclassificadas, sem, no entanto, constar quais os itens do edital de Concorrência foram descumpridos (fls. 75/76 do Anexo V);

► para seleção da qualificação técnica, incluiu-se como exigência a atividade tecnologia dos solos, que não é relevante e nem possui valor significativo na licitação. Ademais, dentre as características da obra, exigiu-se a apresentação de atestados que comprovem a execução de pilares metálicos “tubulares” (fls. 21/22 do Anexo V);

► a proposta vencedora é exatamente igual à planilha estimativa elaborada pela Secretaria, a única diferença é quanto ao percentual de BDI que passou de 27% para 26,97% (fls. 60/63 e 69/71 do Anexo V);

• o fato de o então Secretário de Estado aprovar, pessoalmente, o Projeto Básico, mesmo sem possuir qualificação nessa área de atuação”.

14. Acerca do mérito das razões recursais apresentadas, cabe inicialmente ressaltar que as irregularidades e o sobrepreço apontados dizem respeito exclusivamente à estrutura metálica da cobertura do ginásio, não estando aí incluídas análises atinentes ao preço das telhas metálicas, de modo que alegações diversas não serão levadas em consideração.

15. Descabidos argumentos no sentido de que o “preço da estrutura metálica encontrar-se-ia validado pelo próprio certame e pelas propostas apresentadas pelas outras cinco empresas (...), além da empresa EBO”, pois se tratou de contratação por dispensa, em face de alegada situação emergencial, só havendo uma proposta tida por válida e as demais desclassificadas, conforme asseverado na Informação nº 57/2011, ressaltando pontos abordados no parágrafo 70 do Relatório de Inspeção nº 2.0110.10 (fl. 240 do Processo nº 25038/2008)): “apenas 3 empresas se candidataram à Concorrência em questão, sendo informado na Ata de reunião da CPL que apenas a vencedora se fez presente e que as demais foram desclassificadas, sem, no entanto, constar quais os itens do edital de Concorrência foram descumpridos (fls. 75/76



do Anexo V)". O "certame" apresentou diversos questionamentos que não foram devidamente justificados, tendo prosseguimento em razão do aventado caráter emergencial.

16. Salienta-se que a liberação do valor que se encontrava suspenso de pagamento, determinada na Decisão nº 855/2012 (Processo nº 25.038/2008), de modo algum implicou em pré-julgamento ou que se entendeu não haver sobrepreço. A liberação se deu para não gerar óbice à conclusão dos trabalhos e evento (competição de âmbito mundial) que se realizaria e especialmente porque a matéria seria tratada na presente TCE.

17. Conforme frisado na Informação nº 57/11 (fls. 03/12), "as guias de recolhimento da contribuição previdenciária, apresentadas pela EBO, são decorrentes dos serviços prestados à Secretaria de Esportes, relacionados com a obra de cobertura definitiva do Ginásio. Não existe, portanto, qualquer relação com o fato de a estrutura metálica ter sido realizada diretamente pela EBO ou subcontratada à Gradebrás" (fl. 7). De fato, a existência dessas guias de recolhimento são insuficientes para demonstrar não ter havido subcontratação, especialmente diante dos dois contratos que teve conhecimento a c. Corte, firmados entre a EBO e a GradeBrás, menos ainda para afastar a existência do prejuízo evidenciado, sendo, pois, improcedentes alegações nesse sentido.

18. Afiguram-se improcedentes alegações no sentido de que seria inadequado suscitar limitação de preços unitários para avaliação de eventual sobrepreço no caso de contrato assinado para empreitada global. O fato de uma contratação se dar por preço global não afasta a necessidade, especialmente no caso de obras e serviços de engenharia, de existir um orçamento detalhado expressando a composição de todos os custos unitários, pois se trata de imposição legal prevista no § 2º, II, do art. 7º da Lei nº 8666/93:

"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência: (...) § 2º As obras e os serviços **somente poderão ser licitados** quando: I - houver projeto básico aprovado pela autoridade



competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; II - **existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários**” (grifou-se).

19. Igualmente improcedentes alegações no sentido de que eventual redução de custo unitário deveria ser confrontada com outros itens de custo sobrelevados para verificação de ocorrência de sobrepreço, argumentando que um compensaria o outro. Tal argumentação/entendimento leva, de certo modo, a uma “apologia ao jogo de planilha”, prática notoriamente combatida pelo Controle.

20. A exigência de planilha detalhada com a composição de todos os custos unitários, independentemente de a contratação ser por preço global, visa, num primeiro momento, a definição de preços justos e compatíveis com o mercado e, num segundo momento, visa possibilitar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando determinado item ou itens de custo vem a sofrer um acréscimo ou decréscimo significativo de valor, mormente em decorrência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

21. Chama-se a atenção, no que diz respeito aos questionamentos acerca do preço de mercado, que os trabalhos realizados pelo corpo técnico com vistas ao real dimensionamento do preço de mercado (custos do serviço de estrutura metálica) não haviam chegado a resultados satisfatórios, conforme explicitado no Relatório de Inspeção 2.0107.11 (fls. 394 a 406 do Processo nº 25038/08):

“Estrutura metálica

18. Conforme Relatório de Inspeção nº 2.0110.10, não constava do processo licitatório da obra, a composição dos custos, nem o projeto da estrutura metálica. Dessa forma, para mensurar seu custo, tomou-se por base a estrutura metálica até então existente no local (tesoura em 2 águas), que era alugada, e os preços adotados nos sistemas referenciais de preços, para esse tipo de estrutura.

19. Assim, levando em conta a data de apresentação da proposta da empresa EBO (fev/10), cotejou-se o valor contratado (R\$ 219,56/m²), com os obtidos no Sinapi e Volare (fls. 86/87 do Anexo V), respectivamente de R\$ 72,06 e R\$ 135,30.



20. Entretanto, conforme verificado no local, após a realização da obra, e bem discorrido pelos justificantes, a estrutura metálica orçada é espacial⁵. A diferença entre as duas estruturas pode ser verificada nas fotos dispostas no item II.3 deste Relatório.

21. Na verdade, esse tipo de estrutura possui preço diferenciado. Destaque-se que para a correta elaboração do custo de estrutura metálica, duas informações são fundamentais: o tipo de estrutura (que definirá o custo por kilo de aço) e a quantidade requerida de aço, de acordo com o projeto da obra.

22. Acrescente-se que a opção por uma estrutura convencional ou espacial, além do aspecto estético, deve levar em consideração o custo. Nesse sentido, estudos técnicos sugerem que a estrutura espacial pode tornar-se mais econômica do que a convencional, no caso de grandes vãos⁶, haja vista passar a consumir uma menor quantidade de aço.

23. Para justificar o preço estimativo e o contratado (coincidentes), os responsáveis não trouxeram memórias de cálculo, nem pesquisas de preços realizadas à época, mas comparativo com o valor praticado na obra da cobertura da Feira Permanente de Santa Maria (Concorrência nº 046/2009-ASCAL/PRES), que, segundo pesquisa realizada nos bancos de dados desta Corte, não teve processo correspondente.

24. De acordo com documentos juntados aos autos (fls. 340/342), serviço similar realizado naquela obra teria custado R\$ 276,52/m², acima, portanto, dos R\$ 219,56/m², contratados na obra em análise.

25. Para efeito de comparação de preços, iniciaram-se os trabalhos no mesmo caminho adotado pelos justificantes, ou seja, identificar contratos fiscalizados por esse Tribunal, que tenham utilizado estrutura similar (fl. 205 do Anexo V). Nesse caminho, foram selecionados dois processos referentes à construção de terminais de ônibus urbano:

- Processo nº 36476/2009: terminais de Ceilândia, Gama, Riacho Fundo II e Sobradinho II. Segundo as planilhas estimativas de custos, datadas de fevereiro/2010 (fls. 207/210 do Anexo V), o custo estimativo da estrutura metálica pintada foi de R\$ 201,41/m².
- Processo nº 37553/2009: terminais de Brazlândia, São Sebastião e Riacho Fundo I. Segundo as planilhas estimativas de custos, datadas de agosto/2007 (fls. 206 do Anexo V), o custo da estrutura metálica pintada, incluindo a cobertura em telha galvanizada pintada e a instalação elétrica foi de R\$ 240,00/m².

⁵ Estrutura reticulada tridimensional, normalmente utilizada para vencer grandes vãos, composta por barras conectadas entre si por meio de nós.

⁶ Tem-se adotado como mais vantajosa a estrutura espacial para vãos maiores que 40m, o que não é o caso da obra em questão.



26. **Passando para uma análise mais próxima da realidade**, buscou-se na Secretaria os projetos da estrutura metálica. **Eis que, em meio ao trabalho de fiscalização, deparamo-nos com o Contrato de Prestação de Serviço nº 120-001/2010** (fls. 197/202 do Anexo V), celebrado entre a empresa EBO e a firma Gradebrás Indústria, Comércio e Serviços Ltda., referente à subcontratação desse serviço, em que pese o item 13.4 do Edital da Concorrência nº 01/2009 vedar a subcontratação parcial ou total do objeto da licitação (fl. 31 do Anexo V).
27. De acordo com esse ajuste, cujo objeto abrangia a fabricação, montagem, tratamento e pintura da estrutura, calhas e rufos, bem como a mão-de-obra para a instalação das telhas metálicas, seriam pagos à empresa Gradebrás Indústria Comércio e Serviços Ltda, R\$ 640.000,00.
28. Ocorre que, para esses mesmos serviços, foi pago à empresa EBO R\$ 829.936,80, mais 26,97% de BDI, passando a R\$ 1.053.770,75 (65% acima do valor pelo qual foi efetivamente realizado).
29. Considerando que esses serviços corresponderiam a cerca de 55% do total do contrato, nada mais justo que a Secretaria, à época da licitação, tivesse realizado uma ampla pesquisa de preço para esses itens" (grifou-se).
22. Assim, conforme consignado pelo corpo técnico no trecho retrotranscrito, nem os preços dos sistemas referenciais Sinapi e Volare, nem os da Concorrência nº 046/2009-ASCAL/PRES e nem os dos Processos nºs 36476/09 e 37553/09 eram apropriados para a análise de compatibilidade de preços de mercado da estrutura metálica da cobertura do Ginásio.
23. Ocorre que, durante os trabalhos de fiscalização, em que se buscava "**uma análise mais próxima da realidade**", os auditores se depararam com o contrato firmado entre a EBO e a GradeBrás, evidenciando subcontratação do objeto do contrato celebrado pela EBO com a Sesp, e por valor muito inferior.
24. Tal fato se afigurou superveniente na análise do preço de mercado, vindo a indicar, por si só, a possível existência de sobrepreço na contratação, mormente em face de não se mostrarem apropriados os parâmetros comparativos anteriormente listados.
25. Destarte, alegações pretendendo justificar o preço contratado entre a EBO e a Sesp com base na mencionada Concorrência nº 046/2009-ASCAL/PRES e nos Processos nºs 36476/09 e 37553/09, e ainda, dando a



entender que teriam sido aceitos pelo corpo técnico em suas análises, são improcedentes, posto que contrários às conclusões finais desses trabalhos fiscalizatórios, e que, por derradeiro, fundamentaram a Decisão nº 5346/2016, ora atacada, prolatada pelo e. Plenário.

26. Não obstante não se ter conseguido trazer ao feito outros parâmetros de comparação adequados ao caso concreto, encontra-se documentalmente comprovado (contrato da EBO com a GradeBrás) que os custos efetivamente incorridos pela EBO se mostraram excessivamente inferiores àqueles previstos na contratação com a Administração, evidenciando que o preço de mercado era outro, remanescendo caracterizado o sobrepreço.

27. Inclusive, há, por parte dos recorrentes (EBO e Sr. Aguinaldo), o reconhecimento desse fato, especialmente quando alegaram que “A Administração Pública não pode adentrar diretamente nas relações negociais privadas, **o fato da EBO ter conseguido comprar o material da cobertura espacial do Anexo do Ginásio Nilson Nelson a preço mais vantajoso no mercado**, não pode servir de base para condenar a mesma a devolver valores ao erário, sob o argumento de ter havido sobrepreço” (grifou-se). Ou seja, aquele era o preço de mercado. De outro modo, deveriam os recorrentes ter trazido ao feito, a título de comparação e definição do preço de mercado, outras contratações semelhantes havidas à época, mas não o fizeram, limitando-se a alegar que não seria aquele preço contratado “no mercado” o corresponde ao preço de mercado.

28. Nesse sentido, são improcedentes as alegações pretendendo desconsiderar por completo a subcontratação da GradeBrás pela EBO para efeito de avaliação do preço de mercado. Contrariamente ao alegado, essa constitui evidência fática, documentalmente comprovada, do real preço de mercado das peças em questão.

29. De todo modo, quando verificada redução nos custos, enseja-se, no mínimo, o necessário reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, a fim de manter equalizada a equação que balizou a contratação, nos termos do art. 37, XXI, da CF e art. 65, II-d e §§ 5º e 6º da Lei nº 8666/93:



CF: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (grifou-se)

Lei nº 8666/93: “Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) II - por acordo das partes: d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração **para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual”

“§ 5o Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6o Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.”

30. Segundo esses dispositivos legais, norteadores das relações contratuais com a Administração Pública, a “**justa remuneração**” do objeto do



ajuste deve ser mantida durante toda a execução contratual, de modo que seja garantido o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante quando da apresentação da sua proposta.

31. Observe-se que no BDI já se encontra o lucro aceitável na contratação com a Administração Pública.

32. O cálculo apresentado pelo corpo técnico demonstra, ao final, o **auferimento, por parte da EBO, de lucro excessivo em detrimento dos cofres públicos**, o que não é aceitável. Ademais, difícil conceber que a GradeBrás executara os serviços sem alguma margem de lucro. Esse lucro excessivo, salienta-se, corresponde a enriquecimento ilícito por parte da EBO.

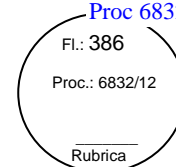
33. Destaca-se, assim, que não se aplica na contratação com o serviço público as regras das contratações entre entes privados, menos ainda, no caso concreto, a descabida alegada “vantagem competitiva” de que teria se valido a EBO.

34. Descabidas, pois, alegações no sentido de que o contratante não poderia cobrar da Administração Pública diferenças de valores incorridos, superiores aos contratualmente detalhados em planilha de custos unitários, vez que, evidenciando-se elevação dos preços de mercado, essa cobrança ocorreria via o necessário reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, e, de igual modo, se diferenças de valores viessem a decorrer da diminuição de preços de mercado, haveria que se proceder ao reequilíbrio.

35. O reequilíbrio também deve acobertar a Administração, posto que o contrato administrativo se desequilibra quando o lucro pretendido pelo particular é excessivamente minorado, assim como quando é excessivamente e injustificadamente aumentado às custas do poder público, indo de encontro ao interesse público, como no caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS



36. A esse respeito, o professor Marçal Justen Filho⁷ leciona: “havendo deflação ou redução de custos, aplicar-se-ão os mesmos princípios e postulados em favor da administração. Deverá promover-se a redução dos preços para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação”.

37. O fato é que essa subcontratação não foi informada pela EBO e somente se veio a dela tomar conhecimento após os trabalhos fiscalizatórios do corpo técnico do e. TCDF, inicialmente com a localização/identificação do contrato firmado entre a EBO e a GradeBrás (valor de R\$ 640.000,00), findando com a apresentação, pela própria EBO, do “real” contrato por ela firmado com a GradeBrás (valor de R\$ 477.500,00).

38. Tais circunstâncias denotam a inequívoca responsabilidade da EBO no sobrepreço praticado e ensejam o devido ressarcimento dos valores excessivos auferidos em detrimento dos cofres públicos.

39. São, pois, improcedentes, no mérito, as razões recursais apresentadas pela empresa EBO e pelo Sr. Aguinaldo, como também aquelas apresentadas pelo Sr. Benhur acerca do sobrepreço evidenciado.

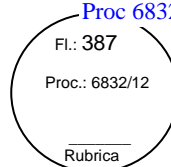
40. No que diz respeito às alegações do Sr. Benhur visando afastar a sua responsabilidade pessoal, caracterizada nos autos, conforme descrito, mormente por ser subscritor do Projeto Básico da Concorrência nº 01/2009, se afiguram, no mérito, improcedentes.

41. A alegação de que, embora reconheça ter apostado sua assinatura no projeto básico, o teria feito somente após passar por todos os setores competentes e que teria “pegado o bonde andando”, não afasta a sua responsabilidade pelo projeto básico destituído de “elementos suficientes para respaldar o preço estabelecido para esse serviço, a exemplo de pesquisas de preços ou sistemas referenciais”, não se podendo, como pretende o recorrente, considerar como “mera formalidade” a sua assinatura no projeto básico. Ressalta-se que consta como único responsável pelo projeto básico para efeito da Concorrência nº 1/09-

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo : Dialética, 2004, p. 536.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS



SESP (cópias das fls. 161 a 185 do Processo GDF 220.000.710/09 nas fls. 36 a 59 do Anexo V do Processo nº 25038/08), conforme assinatura ali por ele aposta, o Sr. Benhur Antônio Stona Ruas, “Engenheiro Civil – CREA 8397/D”, atraindo para si a responsabilidade pelo teor do projeto básico, inclusive suas deficiências. Nessas alegações do recorrente percebe-se certa negligência de sua parte no trato da matéria, que, no mínimo, apontaria para culpa por omissão.

42. O fato de a planilha orçamentária que constou do Edital de Concorrência nº 1/09-SESP como “Anexo II” – “Planilha de Formação de Preço” (cópias das fls. 186 a 189 do Processo GDF nº 220.000.710/09 nas fls. 60 a 63 do Anexo V do Processo nº 25038/08), não ter qualquer assinatura ou mesmo, por hipótese, não ter havido sua participação na elaboração, tampouco afasta sua responsabilidade, nem a do Sr. Aguinaldo, que aprovou o projeto básico, posto que o orçamento detalhado, que constitui o detalhamento dos custos no projeto básico, faz parte integrante do projeto básico, conforme estabelecido no art. 6º, IX-f, da Lei nº 8666/93⁸, de modo que razões recursais nesse sentido são improcedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

43. A improcedência das razões recursais da EBO e dos Srs. Benhur e Aguinaldo implicará, num primeiro momento, no restabelecimento de novo prazo improrrogável (§ 1º do art. 13 da LC nº 1/94) para recolhimento do valor do débito atualizado, correspondendo a R\$ 530.287,28 (fl. 363). Posteriormente, caso ultrapassado esse prazo sem que haja o recolhimento, as suas contas serão julgadas como irregulares, expedindo-se o respectivo acórdão condenatório.

⁸ “ Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: (...) IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: (...) f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados”.



SUGESTÕES

Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. considerar, no mérito, improcedentes as razões recursais apresentadas nos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Benhur Antônio Stona Ruas e Aguinaldo Silva de Oliveira e pela empresa EBO Engenharia e Incorporação Ltda. contra os termos da Decisão nº 5346/2016;
- II. cientificar os recorrentes, oferecendo-lhes o prazo improrrogável de trinta dias (§ 1º do art. 13 da LC nº 1/94) para recolhimento do valor devido de R\$ 325.823,50, que atualizado corresponde a R\$ 530.287,28;
- III. autorizar a devolução do feito à Secretaria de Contas para as devidas providências.

À superior consideração.